



A ordem importa: escolhas linguísticas na representação da violência contra mulheres no Brasil

The order is important: language choices in Brazil's representation of violence against women

Paula Raianny Santos CARDOSO*

Raquel Meister Ko. FREITAG**

RESUMO: As representações sociais da violência contra mulheres e o papel das estratégias linguísticas são investigadas em um *corpus* constituído por 100 notícias sobre violência contra mulher no Brasil entre 2018 e 2019, em que foram controlados os recursos gramaticais usados para a inclusão ou a exclusão de atores sociais. O uso de estratégias para omitir os autores dos crimes, como a voz passiva e a agentividade atribuída a outros atores para tirar o agressor do primeiro plano discursivo, reforça e naturaliza representações sociais já existentes, dificultando o combate à violência contra mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Representações sociais. Linguagem. Violência contra mulheres.

ABSTRACT: Social representations of violence against women and the role of linguistic strategies are investigated in a *corpus* constituted by 100 news stories about violence against women in Brazil between 2018 and 2019, in which the grammatical resources used for the inclusion or exclusion of social actors were controlled. The use of strategies to omit the aggressors, such as the passive voice and the agency attributed to other actors to take the aggressor out of the foreground, are recurrent strategies that reinforce and naturalize already existing social representations and hinder the fight against violence against women.

KEYWORDS: Social representations. Language. Violence against women.

Artigo recebido em: 09.06.2023

Artigo aprovado em: 05.09.2023

1 Introdução

Os números que representam o cenário atual da violência contra mulheres no Brasil confirmam que essa ainda é uma realidade comum à nossa sociedade. Segundo dados do Atlas da Violência, publicado no ano de 2020 pelo Instituto de Pesquisa

* Mestre em Psicologia. Universidade Federal de Sergipe. paulacardosopsi@hotmail.com

** Doutora em Linguística. Universidade Federal de Sergipe. rkofreitag@academico.ufs.br

Econômica Aplicada (IPEA), no ano de 2018, 4.519 mulheres no Brasil foram assassinadas, número que representa uma taxa de 4,3 mortes violentas para cada 100 mil habitantes do sexo feminino.

O “Monitor da Violência” – iniciativa realizada pelo Portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública – aponta que no primeiro semestre de 2020 aumentou o número de mulheres vítimas de violência no Brasil, em comparação ao mesmo período do ano anterior. O levantamento realizado ainda informa que as principais vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras. Segundo a pesquisa, 1.890 mulheres foram mortas, o que representa um aumento de 2% em relação ao mesmo período de 2019. Dentre esses crimes, 631 foram considerados feminicídio, ou seja, foram motivados em razão de gênero das vítimas.

Já os dados apresentados em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça, através do Monitoramento Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres indicam que, no ano de 2019, em todo o Brasil, foram recebidos 563,7 mil processos de violência doméstica, 10% a mais de casos em comparação a 2018. O mesmo estudo mostra que a quantidade de casos de feminicídios que chegaram ao sistema judiciário também passou por um crescimento de 5% entre 2018 e 2019, totalizando 1.941 casos.

Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, foi identificado o aumento de casos de violência contra a mulher em relação aos anos anteriores. Isto não é um evento isolado, mas um fenômeno que externaliza o modo como nossa sociedade foi constituída e os modos pelos quais ainda nos organizamos socialmente. A violência contra a mulher é um fenômeno social que tem como base primordial as diferenças entre os gêneros masculino e feminino, que são estabelecidas ao longo dos anos pela sociedade e cultura.

Foi com a expansão do movimento feminista (cf. Felgueiras, 2017; Cardoso, 2020) que as pautas das mulheres foram inseridas não somente nos debates sociais,

mas também na elaboração de políticas públicas e de legislações, com medidas para coibir e evitar a prática de violência contra a mulher, como a criação, no ano de 2006, da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Trata-se de um marco na legislação brasileira: pela primeira vez, uma lei que estabelece o significado de violência contra a mulher, define os tipos e, ainda, apresenta as medidas de coerção da prática.

No escopo da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher consiste em “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que causa à vítima morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006, p. 16). A Lei prevê cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Para se fazer cumprir a legislação, foram criadas as delegacias especializadas para o atendimento de grupos considerados vulneráveis, como a mulher em situação de violência doméstica.

As medidas que vêm sendo tomadas no campo das políticas públicas ainda não são suficientes para a redução ou até mesmo a extinção desse tipo de violência. A permanência da violência contra a mulher em nossa sociedade está diretamente atrelada às representações que os indivíduos e grupos fazem homens e mulheres. Consideramos que essas representações, embora possam ter sido criadas em outros momentos da sociedade, são difundidas ainda nos tempos atuais e ainda corroboram com a manutenção da dominação masculina sobre a mulher.

Na perspectiva da Psicologia Social, as representações sociais estão presentes em toda a vida cotidiana e manifestam no modo como se organizam os grupos na sociedade, nos comportamentos de indivíduos em relação a outros grupos e nas visões de mundo de cada sujeito. Os meios que subsidiam o desenvolvimento das representações também estão por toda parte, seja nas trocas humanas ou em elementos que interferem diretamente no pensamento social como um todo. Sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1984), são as representações que guiam

as atribuições, classificações e conceitos que são dados pelos sujeitos a aspectos da sua realidade. São elas também que orientam as interpretações que os indivíduos fazem sobre a vida social e a tomada de postura acerca de diversos aspectos. São as representações sociais que norteiam a compreensão das realidades da vida cotidiana e contribuem para a definição de associações que permitem que as pessoas estabeleçam ligações umas com as outras.

As representações sociais “circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente em nosso mundo cotidiano”, afetando as relações e produções humanas (Duveen, 2010, p. 25). Jodelet (1989) corrobora com essa visão, afirmando que a identificação das representações é fácil, já que elas estão sempre circulando em meio aos discursos e são veiculadas nas mensagens e imagens da mídia, por exemplo. Neste texto, exploramos as representações sociais da violência contra a mulher e o papel das estratégias linguísticas em manchetes de portais de notícias brasileiros.

2 A construção e difusão das representações sociais pela linguagem

A representação atribuída pela mídia aos episódios e seus atores influencia diretamente no pensamento da sociedade sobre os mesmos, podendo corroborar com a naturalização da violência contra a mulher. Como afirmam Teles e Melo (2017), os meios de comunicação criam e preservam estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres. O modo como os episódios de violência contra mulher são veiculados pelas mídias digitais tem impacto nas representações sociais. Por isso, é importante investigar as estratégias utilizadas para difundir as informações por meios das escolhas linguísticas, visto que não é somente o conteúdo veiculado, mas também a forma de veicular, que definem o impacto gerado sobre os indivíduos.

Consideramos a mídia – especificamente o jornalismo online – e em recorte amostral mais restrito, os portais de notícia online – como um dos elementos comuns

à nossa sociedade e que são responsáveis tanto pela construção quanto pela difusão de representações sociais ao seu público, exercendo assim um papel fundamental para a construção do senso comum.

O sistema de difusão é, para Moscovici (2010), o fruto de um ambiente de circulação de representações sociais. Assim, a mídia, e mais especificamente os jornais, são meios de difusão das representações sociais que circundam uma sociedade, mas assumem ainda o papel secundário de influenciar a construção dos pensamentos do seu público. Em uma sociedade em permanente movimento, todas as mudanças nas representações sociais são difundidas rapidamente ao público pelos diversos meios de comunicação de massa. As representações sociais hegemônicas na sociedade exercem pressão sobre os sujeitos sociais que a elas têm acesso (Saraiva; Coutinho, 2012).

Considerando o papel das mídias, a linguagem se configura como o instrumento pelo qual as mensagens e representações sobre a realidade são, de algum modo, construídas e transmitidas ao público. A linguagem, seja ela escrita, falada ou visual, é o recurso que atinge diretamente as pessoas por meio dos veículos midiáticos; é portanto, multimodal. A configuração da linguagem em reportagens de portais de notícias pode influenciar na construção de representações sociais tanto do ponto de vista do conteúdo (itens lexicais) quanto do da organização (sintaxe do texto). Tradicionalmente, estudos de representações sociais no viés da Psicologia Social enfocam o conteúdo de material linguístico, com análises lexicais. Neste estudo, em articulação com a Teoria da Representação dos Atores Sociais (Van Leeuwen, 1997, 2008), consideramos também a organização do texto: os modos pelos quais os atores sociais, ou seja, os agentes envolvidos em uma determinada narrativa, podem ser representados em discursos, enfatizando os recursos linguísticos que são utilizados para fazer referência às pessoas. Assumindo a perspectiva funcionalista de Halliday (2004), a gramática se constitui enquanto potencial de significados, e não apenas como conjunto de regras de funcionamento linguístico.

Van Leeuwen (1997) propõe duas categorias para a representação linguística de atores sociais: a exclusão e a inclusão. Discursos incluem ou excluem atores sociais de acordo com seus interesses e propósitos intrínsecos, e conforme a audiência que se pretende atingir. Assim, a escolha por uma determinada estratégia de representação de um ator social é feita com base nas representações sociais do comunicador acerca do ator social sobre o qual ele fala e, ao mesmo tempo, tem o objetivo de transmitir ao receptor um pensamento específico, uma representação social. E essa escolha é materializada linguisticamente, tanto quanto ao conteúdo como quanto à organização.

A representação de atores sociais por exclusão ocorre quando é feita a supressão ou o apagamento de um ator social ao longo do texto. A supressão se dá por meio da total ausência de referências ao ator social durante o texto. Já o encobrimento acontece quando o ator é colocado em segundo plano no discurso. Para Van Leeuwen (1997), a exclusão de atores sociais manipula recursos lexicogramaticais, a exemplo da adjetivação, das elipses, do apagamento do agente da passiva e da nominalização.

Nas representações por inclusão, os atores sociais estão apresentados de forma material nos textos, podendo assumir diversos papéis. Van Leeuwen (1997) destaca que não necessariamente irá haver congruência entre os papéis que os atores sociais desempenham no contexto narrado e os papéis gramaticais a eles atribuídos. É possível que num dado contexto um ator social tenha sido o praticante da ação narrada, e nas orações pertinentes aos textos eles venham apresentados enquanto sujeitos pacientes.

É possível que a inclusão ocorra de variadas formas, entre as quais se destacam a ativação, a impessoalização, a generalização e a passivação. A ativação acontece quando os atores são mostrados como agentes ativos e dinâmicos dentro do contexto (Van Leeuwen, 1997), ou seja, quando eles participam de maneira ativa da narrativa em questão. Já a impessoalização ocorre quando os atores sociais são representados por substantivos abstratos ou por substantivos concretos que não apresentam

características humanas. Na generalização, os autores sociais são apresentados como entidades generalizadas que compõem o contexto.

As categorias de representação dos atores sociais pertencem a uma rede de sistemas linguísticos distintos e complexos que contempla tanto aspectos léxico-gramaticais como figuras retóricas. Dentre essas, destacamos o processo de exclusão e inclusão. A exclusão é importante aspecto para se compreender como os atores sociais são representados em textos, visto que as “representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (Van Leeuwen, 1997, p. 183).

Outra estratégia é colocar o ator em segundo plano (os atores excluídos podem não ser mencionados em relação a uma dada atividade, mas estão presentes em algum lugar no texto). Em relação ao processo de inclusão, Van Leeuwen (1997) argumenta que é nesse processo que reside a grande força política da representação dos atores sociais, não é necessário que haja congruência entre o papel que os atores sociais desempenham, de fato, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos no discurso (Van Leeuwen, 1997).

O processo de inclusão pode ocorrer por três tipos de subsistemas: envolvidos como pacientes ou agentes em ações, muitas vezes, avaliadas como de baixa autoestima ou desvios ou, ainda, como subservientes, criminosas ou ruins; incluídos de modo específico ou genérico, muitas vezes, por categorização cultural com conotação negativa, ou por categorização biológica que implica o uso de estereótipos étnicos; por fim, incluídos como indivíduo ou como grupo, no segundo caso, por diferenciação ou homogeneização, o que pode resultar em negação às pessoas de suas características e diferenças individuais e consequente atribuição a elas de uma única identidade.

Dependendo da intenção do emissor, uma mesma realidade pode ser retratada de formas diferentes, por meio de mecanismos discursivos de ativação ou passivação

de atores, acionados através de artifícios linguísticos como quando o papel do ator social se realiza por meio de uma maior (ativa) ou menor (passiva) participação. O quadro 1 sistematiza formas de representação de atores sociais propostas por Van Leeuwen (1997).

Quadro 1 – Tipologia das representações dos atores sociais.

	Categoria Sociológica	Definição	Como se realiza
Exclusão	Supressão	Exclusão total do ator social.	1. Apagamento do agente da passiva; 2. Orações infinitivas que funcionam como um participante gramatical; 3. Nominalizações; 4. Adjetivos.
	Encobrimento	Exclusão parcial do ator social.	1. Apagamento do agente da passiva; 2. Orações infinitivas que funcionam como um participante gramatical; 3. Nominalizações; 4. Adjetivos; 5. Elipses.
Inclusão	Ativação	Ator social representado como força ativa numa atividade.	1. Papéis gramaticais participantes (ator, experienciador, dizente, comportante, atribuidor); 2. Circunstancialização.
	Passivação	Ator social representado se submetendo à atividade ou sendo afetado por ela	1. Papéis gramaticais participantes (meta, fenômeno, portador); 2. Circunstancialização; 3. Possessivação.
	Generalização	Atores sociais representados como classes	1. Plural sem artigo definido; 2. Singular com artigo definido; 3. Tempo presente ações habituais universais).

Fonte: Van Leeuwen (1997, p. 25).

As categorias sociológicas manifestam-se por meio de recursos linguísticos específicos, com padrões gramaticais cuja regularidade contribui para a construção do processo de representação social, evidenciando a aderência entre a teoria das representações sociais e as estratégias de representação de atores sociais. O modo pelo qual se representa um ator social é uma escolha do comunicador (que mobiliza recursos gramaticais específicos para a construção de sentidos), que pode ser norteadas

por suas ideologias pessoais e pela linha editorial do meio de comunicação do qual ele fala. As ideologias, as crenças pessoais e as características da linha editorial de um veículo de comunicação são, por sua vez, fundamentadas em representações sociais que orientam as interpretações dos indivíduos sobre a sua realidade (Moscovici, 2010).

Neste estudo, assumimos que a manutenção da violência contra a mulher está atrelada, entre outros fatores, à difusão de representações sociais que reforçam a cultura de dominação masculina, que, por sua vez, é resultado de escolhas linguísticas, tanto de conteúdo como de organização. A escolha por uma determinada estratégia de representação de um ator social, mobilizando recursos gramaticais específicos, é resultado das representações sociais do comunicador acerca do ator social sobre o qual ele fala e, ao mesmo tempo, tem o objetivo de transmitir ao receptor um pensamento específico, uma representação social. Em resumo, a estratégia de representação do ator social é fruto do fenômeno das representações sociais e ao mesmo tempo contribui para a repercussão destas.

Observemos a aplicação da tipologia de realização dos atores sociais de Van Leeuwen (1997) na manchete de um portal de notícias, publicada no dia 23 de maio de 2020 (a), na figura 1.

Figura 1 – Aplicação da tipologia dos atores sociais a manchetes jornalísticas.



Fonte: (a) <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2020/05/23/mulher-e-socorrida-em-estado-de-choque-apos-ser-estuprada-perto-da-praia-das-arnos.ghtml>; (b) <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2012/03/mulher-e-violentada-e-espancada-ate-morte-em-manaus-diz-policia.html>.

Nesta manchete, é possível observar a preferência do jornal em apresentar a notícia fazendo uso da voz passiva (*mulher é socorrida*), em contraposição à voz ativa

(*alguém socorre mulher*). Com esse recurso, a vítima do episódio de violência é colocada em posição de tópico, sendo a única em evidência, pois o agente da passiva é omitido. Tanto no título principal quanto no subtítulo, não encontramos qualquer informação que faça referência ao sujeito agente da ação de violência. A manchete não chama a atenção do leitor para o autor do crime, optando por excluí-lo por completo. Assim, o princípio da notícia afasta o ator social (estuprador) de sua atividade (o estupro). Sua representação foi suprimida justamente no elemento da notícia que atrai o leitor de imediato (a manchete). A exclusão é marcada pelos recursos de supressão e encobrimento, segundo a proposta de tipologia de atores sociais de Van Leeuwen (1997).

Do mesmo modo, observamos na manchete publicada no dia 26 de março de 2012 (b), que o autor do crime (que espancou até a morte a vítima) não é representado de nenhuma maneira na manchete da notícia; esse ocultamento é decorrente do uso de recursos linguísticos para marca a exclusão por meio da supressão e encobrimento, como a voz passiva e a omissão do agente da passiva.

Em seguida, na lide da notícia, há uma descrição detalhada do crime e do estado do corpo da vítima após o ocorrido. No entanto, novamente não são feitas referências ao autor do crime. O leitor é mais uma vez distanciado do papel social desempenhado pelo agressor.

O uso da voz passiva é uma escolha linguística relativa à organização do conteúdo que enfraquece a narrativa da violência contra a mulher, tirando o foco do agressor ou até mesmo omitindo-o. Este parece não ser um processo exclusivo do cenário brasileiro: o material de divulgação da *Women's March Sydney* (figura 2), vinculada à *Women's March Global*, destaca que a construção linguística importa na construção de nossas narrativas: precisamos parar de fazer a conversa sobre violência contra mulher passiva.

Figura 2 - Material de divulgação da *Women's March Sydney*.

Fonte: <https://twitter.com/senthorun/status/1017895395781959680>.

Estes exemplos evidenciam o uso das estratégias linguísticas que são mobilizadas para a construção dos papéis nas representações sociais. As representações têm o potencial de redistribuir os papéis e redefinir as interpretações sobre as relações sociais entre os participantes. É com a distribuição de papéis sociais por meio do uso de estruturas gramaticais específicas que os textos jornalísticos de grande alcance são capazes de comprometer a difusão da veracidade dos fatos e maneira como as informações serão interpretadas pelo leitor. Construções gramaticais específicas são utilizadas com objetivos específicos: no caso das notícias sobre violência contra a mulher o modo narrativo é atravessado pelas ideologias machistas e patriarcais, omitindo os agressores. Para observar esta hipótese, investigamos a construção das notícias de jornais quanto às representações sociais da violência contra a mulher, observando a escolha das estratégias linguísticas nas manchetes.

3 Método

Considerando o momento atual do debate feminista, chamado feminismo de quarta onda (Felgueiras, 2017; Cardoso, 2020), que é caracterizado pelo uso intensivo das redes sociais na internet, optou-se por uma amostra de textos jornalísticos disponibilizados na internet. Para fins de diversidade e comparabilidade, restringimos o escopo amostral para textos jornalísticos em portais de notícias da internet que tivessem um grande alcance entre os usuários das plataformas digitais no Brasil: o G1 e o Portal Estadão.

Para constituir a amostra de análise, foram pesquisados os termos “violência contra mulher”, “violência doméstica” e “violência de gênero”, no período de 2017 até 2019. Os textos foram copiados em sua integralidade, incluindo seus títulos e subtítulos, e colados em um arquivo em formato *.txt. Considerando os critérios de inclusão de textos e a limitação temporal anteriormente estabelecida, o *corpus* de análise consiste em 100 textos, sendo 50 deles do G1 e os outros 50 do Estadão, a fim de manter o equilíbrio da variável “fonte” e ser possível realizar comparações que considerem esse dado. Todos os 100 textos consistem em notícias sobre casos nos quais houve a prática de algum tipo de violência de homens contra mulheres.

O *corpus* foi categorizado em função das variáveis relativas às estratégias de representação dos atores sociais, considerando os recursos gramaticais mobilizados para a inclusão ou a exclusão de atores sociais nos textos dos portais de notícias: a vítima e o agressor. Além disso, em cada notícia foi considerado o perfil social de agressor e de vítima. Com essas informações, é possível identificar os recursos gramaticais mais frequentemente mobilizados para a inclusão ou a exclusão de atores sociais e sua associação com a representação de atores sociais, a fim de identificar quais representações sociais sobre a violência contra a mulher os textos jornalísticos difundem.

Após a categorização, procedeu-se à análise de *text mining* do *corpus*, para estabelecimento de palavras mais frequentes e agrupamentos de palavras (*clusters* e bigramas); a análise de *text mining* provê informações relativas ao conteúdo do *corpus*. E, por meio de estatística descritiva e inferencial, procedeu-se à análise da relação entre as variáveis sociais e linguísticas controladas, de modo a prover informações sobre a organização do *corpus*. Os procedimentos foram realizados na plataforma R (R Core Team, 2023), com uso dos pacotes `corpustools` e `tidytext` para *text mining*, e `ggstatsplot` para a estatística inferencial.

4 Violência contra mulher: conteúdo e organização

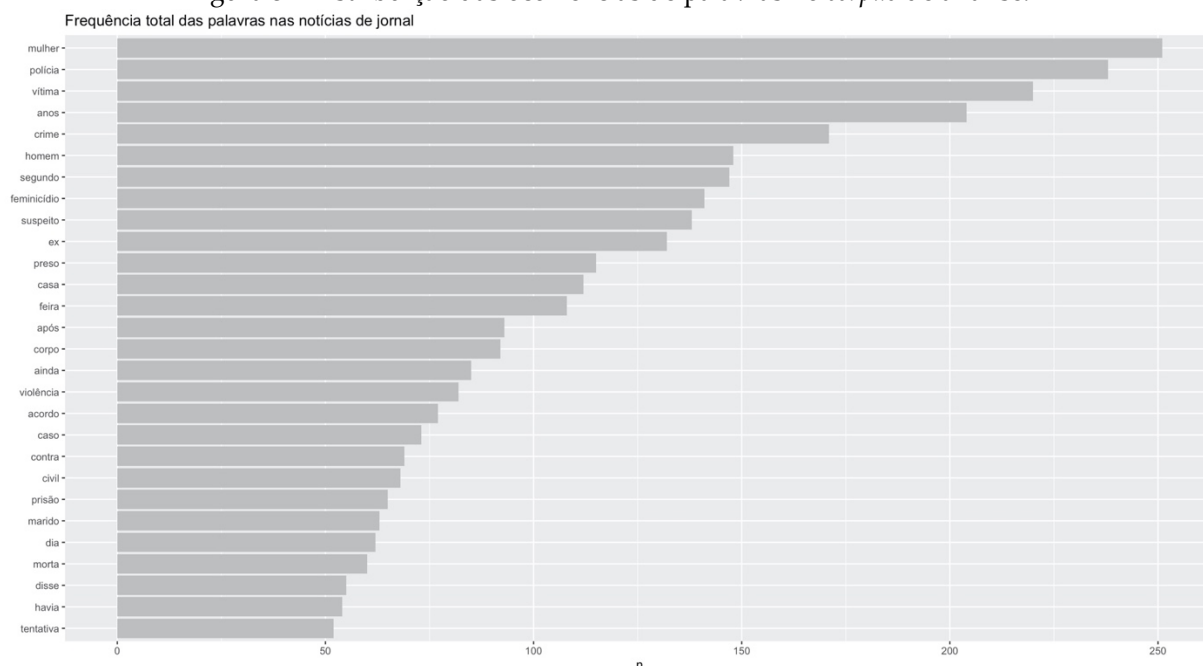
A análise do *corpus* evidencia que, quanto aos papéis sociais mais abordados nos títulos das notícias, 60% dos títulos fazem principal referência ao agressor, enquanto 29% se referem à vítima e 11% a agentes de justiça envolvidos nos fatos ocorridos. Esse dado sugere que as notícias têm maior intenção de atrair a atenção do leitor para o agressor e não para a vítima ou outros atores sociais.

Quanto ao tipo de violência, considerando as definições da Lei Maria da Penha, 99% dos textos noticiaram casos em que houve violência física, enquanto 1% se refere a notícias de violência moral. De acordo com o balanço referente aos atendimentos da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) no ano de 2019, apresentado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a violência física é a mais denunciada (61,11%), seguida da violência moral (19,85%) e da tentativa de feminicídio (6,11%). Essa informação indica que a temática dos fatos que são noticiados coincide com a da maior parte das denúncias do Brasil, mas nos leva também ao questionamento sobre o grau de conhecimento das mulheres a respeito dos tipos de violência que são definidos de acordo com a legislação atual. Estariam as vítimas compreendendo que a violência é passível de ser denunciada somente quando se torna física? Além disso, é possível que uma quantidade significativa de mulheres não

identifica a violência também em ações nas quais há perturbação psicológica, patrimonial, sexual e moral.

Identificamos que as três palavras mais frequentes no *corpus* foram “mulher”, “polícia” e “vítima” (Figura 3). Nota-se a ausência de palavras que façam menção aos autores dos atos de violência noticiados, o que se opõe ao fato de que a maior parte dos títulos das notícias não atribui foco ao agressor e não a outros atores sociais. Apesar dos títulos atraírem o leitor para o agressor, no corpo das notícias, o que mais se repetem são menções às mulheres (mulher, vítima) e aos agentes de justiça envolvidos (polícia).

Figura 3 - Distribuição das ocorrências de palavras no *corpus* de análise.



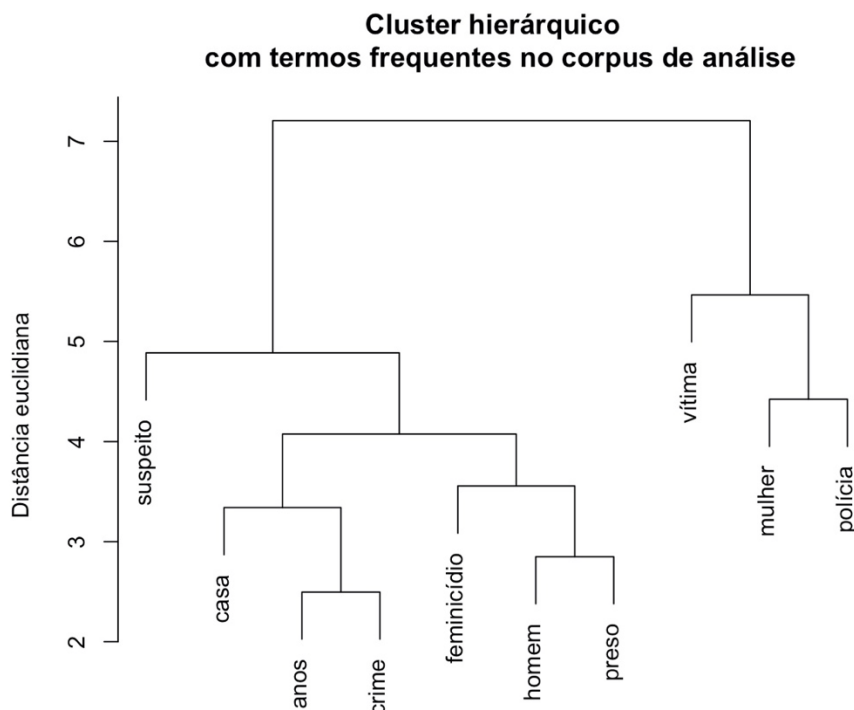
Fonte: elaboração própria.

A palavra “homem”, que faz menção ao agressor, é a sexta palavra mais frequente no *corpus*. Os outros termos utilizados para fazer referência ao agressor, e que também aparecem no registro de frequência, são “suspeito”, “ex” e “marido”. Nota-se, aqui, o uso de dois termos que representam o agressor por meio do vínculo afetivo que ele mantinha com a vítima (“ex” e “marido”). Ao mesmo tempo, a escolha

frequente do uso da palavra “suspeito” demonstra o cuidado de não atribuir, de forma categórica, a culpa àquele que é apontado na notícia como agressor. Para o leitor, o que a maior parte dos textos analisados indica é que há a presença de homens suspeitos, mas não de homens culpados. Embora haja uma relação com a legislação, já que não se pode dizer que eles são criminosos antes de haver julgamento, em termos de representação social, o efeito é de apagamento.

Para além da identificação da frequência do conteúdo apresentado no *corpus* deste estudo, analisamos o modo como este é organizado nas notícias. Enquanto a análise da frequência do conteúdo aponta a quantidade de vezes que determinados elementos textuais se repetiram no *corpus*, a análise da organização do conteúdo indica estratégias adotadas pelos autores para a atribuição de sentido aos seus textos.

Figura 4 – Dendograma das palavras mais frequentes no *corpus* de análise.



A análise do dendograma dos termos mais frequentes no *corpus* permite identificar dois agrupamentos (Figura 4): o primeiro, que engloba os termos “mulher”, “vítima” e “polícia”, e o segundo, que inclui os termos “feminicídio”, “homem”, “preso” e “suspeito”. O primeiro grupo pressupõe a existência de uma mulher vítima e que recorre ao agente de justiça e, o segundo, a de um homem que é preso e suspeito por crimes como feminicídio.

Enquanto a mulher é apresentada nos textos por meio da palavra “vítima”, o homem não é apresentado com uma palavra antônima. Onde existem vítimas existem também seus antônimos: culpados, criminosos, infratores, autores, responsáveis. Porém, nos textos analisados, os agressores são retratados somente como suspeitos.

Tecendo relações entre a escolha pelo uso desses termos e as representações sociais que podem ser difundidas por meio disso, nota-se a intenção de não levar o leitor à conclusão de que aquele que está sendo apontado na notícia como autor do crime tenha, de fato, o cometido. O uso da palavra “suspeito” dá ao leitor a possibilidade de questionar se realmente houve o crime ou sua autoria. Nesse contexto, é possível notar a difusão da representação da violência contra a mulher enquanto um acontecimento passível de questionamento, que pode ser colocado em dúvida, ainda que exista uma vítima.

Ao mesmo tempo, não é possível afirmar que todas as vezes em que o autor de um texto opta por usar a palavra “suspeito” em vez de outras que tornem mais evidente o papel de praticante de um crime, há a intenção de amenizar a prática cometida ou de levar o leitor a questioná-la. O que ocorre é que, em alguns casos, o uso do termo “suspeito” está relacionado à premissa ética, descrita pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de que “todos são considerados suspeitos até que se prove o contrário”. Assim, enquanto o autor de um crime não passou por um julgamento e não possui uma sentença, existe o cuidado de usar termos mais amenos

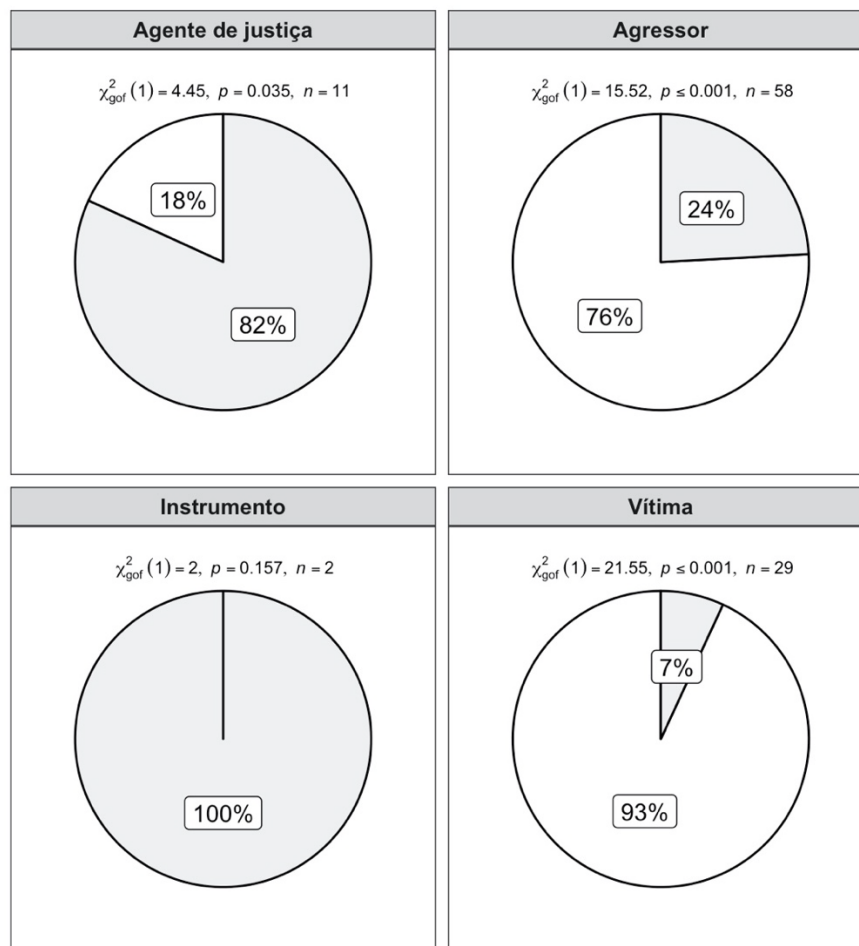
para representá-lo. Apesar disso, a representação que é transmitida ao leitor ainda é a da violência enquanto um fato inconclusivo e passível de questionamentos.

A figura 5 apresenta a distribuição das ocorrências das variáveis tema e voz verbal nas manchetes das notícias. Observamos a prevalência estatisticamente significativa do uso da voz ativa relacionada aos agentes de justiça e a instrumentos específicos e do uso da voz passiva relacionada aos agressores e às vítimas.

Figura 5 - Distribuição das ocorrências das variáveis tema e voz verbal nas manchetes.

Associação entre papel do tema e escolha da voz verbal

$\chi^2_{\text{Pearson}}(3) = 28.37, p = < 0.001, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.51, \text{CI}_{95\%} [0.32, 0.65], n_{\text{obs}} = 100$



Voz verbal da manchete passiva ativa

Fonte: elaboração própria.

Uma forma de analisar as intencionalidades do autor é pela identificação da escolha das vozes verbais. A figura 6, composta por manchetes que compuseram o *corpus* de análise, exemplifica o uso da voz ativa relacionada a instrumentos (vídeo) e aos agentes de justiça (polícia).

Figura 6 - Exemplificação da relação da voz ativa com ação de instrumentos e de agentes da justiça.

(a) **Polícia prende homem por tentativa de feminicídio na Rocinha**
 Segundo a polícia, em maio de 2018, Leonardo Rodrigues Nunes de Oliveira esfaqueou ex-companheira na barriga por não aceitar fim de relacionamento. 'Se não for minha não será de ninguém', dizia ele.

(b) **Vídeo mostra violência sofrida por promotora que acusa ex de agressões na BA; suspeito ataca mulher em berço ao lado da filha**
 G1 teve acesso a imagens que mostram momento em que vítima deita com a bebê em tentativa de escapar do ex e homem a segue.

(c) **Polícia prende suspeito de matar jovem no litoral de São Paulo**
 Homem foi detido após tentar agarrar uma outra jovem em Ilhabela; o corpo de Julia Rosenberg foi encontrado na segunda-feira, 6

Fonte: (a) <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/10/policia-prende-homem-por-tentativa-de-feminicidio-na-rocinha.ghtml>; (b) <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/04/02/video-mostra-violencia-sofrida-por-promotora-que-acusa-ex-de-agressoes-na-ba-suspeito-ataca-mulher-em-berco-ao-lado-da-filha.ghtml>; (c) <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral/policia-prende-suspeito-de-matar-jovem-no-litoral-de-sao-paulo,70003361029>

Com o uso da voz ativa, os autores dos textos jornalísticos dão ênfase a quem praticou a ação, e não a quem sofreu a ação. Embora as notícias tratem de casos de violência contra a mulher, a voz ativa é usada primordialmente nas manchetes que falam da ação de policiais, como em (a) e (c), de entidades da justiça ou até mesmo de instrumentos, como vídeos, como em (b). Nas referências às vítimas e aos agressores, principais elementos de uma narrativa sobre violência contra a mulher, prevalece o uso da voz passiva, como ilustrado na Figura 7, com manchetes de textos que constituem o *corpus* deste estudo.

Figura 7 - Exemplificação da relação da voz passiva com relação às vítimas e agressores.

G1 VALES DE MINAS GERAIS	G1 RIO GRANDE DO SUL
<p>(a)</p> <p>Preso por esfaquear e queimar a ex-mulher em Jampruca é indiciado por tentativa de feminicídio e lesão corporal grave</p> <p><small>Vítima ficou com 85% do corpo queimado e precisará ser transferida para Belo Horizonte; filho do casal também teve o corpo queimado; motivação dos crimes seria devido ao fim de um relacionamento.</small></p>	<p>(b)</p> <p>Mulher é morta a tiros na frente dos filhos após ter casa invadida em Santa Maria</p> <p><small>Estefani Schmitt, de 29 anos, foi atingida com um tiro no peito. Ninguém foi preso. Polícia descartou feminicídio.</small></p>
<p>≡ ESTADÃO São Paulo Q</p>	
<p>(c)</p> <p>Mulher é morta pelo ex-marido na frente dos filhos na zona sul</p> <p><small>Vítima teria se jogado para proteger criança e foi atingida no peito; feminicídio aconteceu no Capão Redondo - homem foi preso</small></p>	
<p>Fonte: (a) https://g1.globo.com/mg/vales-mg/noticia/2019/01/21/preso-por-esfaquear-e-queimar-a-ex-mulher-em-jampruca-e-indiciado-por-tentativa-de-feminicidio-e-lesao-corporal-grave.ghtml; (b) https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/02/12/mulher-e-morta-a-tiros-na-frente-dos-filhos-apos-ter-casa-invadida-em-santa-maria.ghtml; (c) https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-e-morta-pelo-ex-marido-na-frente-dos-filhos-na-zona-sul,70003004138</p>	

O uso da voz passiva ocorre quando o sujeito da oração sofre uma ação; é uma estratégia de mudança da proeminência informacional. Em textos com a voz passiva, o foco do leitor é distanciado do autor do crime, dando-lhe espaço para ficar chocado com o fato ocorrido, mas não necessariamente emitir opiniões negativas sobre quem o cometeu, já que este é colocado em segundo plano ou omitido das manchetes das notícias.

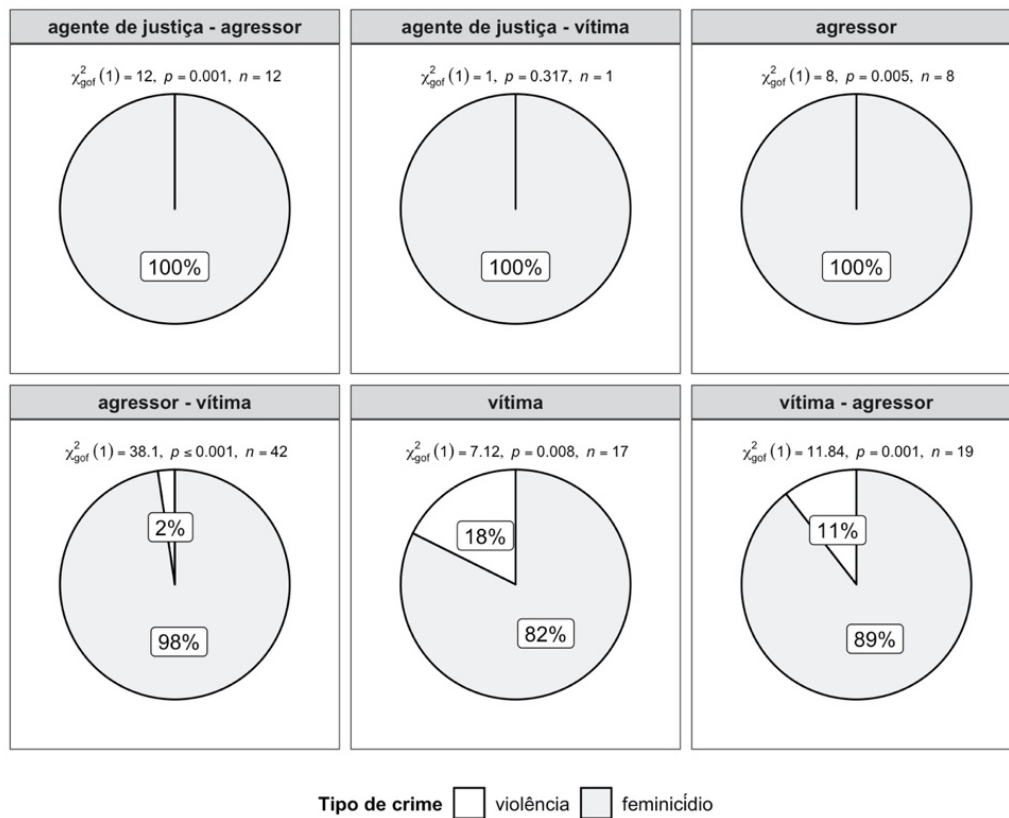
A maior parte das manchetes das notícias analisadas dá ênfase ao agressor, mas faz referências a ele por meio do uso da voz passiva. Ao destacar inicialmente que a maioria das manchetes enfatiza o autor, consideramos que esse fato por si só não era suficiente para estabelecer conclusões acerca das representações sociais que se deseja difundir. Contudo, a constatação estatística da prevalência do uso da voz passiva com relação aos agressores, nos permite concluir que a construção visa amenizar a ação do

agressor ou até mesmo de não fazer referências diretas a ele. O autor da prática violenta não é, em linhas gerais, colocado no lugar de autor. Com isso, os textos jornalísticos não são capazes de fortalecer no leitor interpretações negativas a respeito dos autores das violências.

Figura 8 - Distribuição das ocorrências das variáveis tipo de crime e estrutura das manchetes.

Tipo de estrutura na manchete por crime

$\chi^2_{\text{Pearson}}(5) = 7.03, p = 0.219, \hat{V}_{\text{Cramer}} = 0.14, \text{CI}_{95\%} [-0.13, 0.38], n_{\text{obs}} = 99$



Fonte: elaboração própria.

A figura 8 apresenta a distribuição das ocorrências das variáveis tipo de crime e estrutura das manchetes. Foram considerados dois tipos de crime. A primeira categoria, intitulada “violência”, considera todas as formas de violência descritas pela Lei Maria da Penha (física, sexual, psicológica, moral e patrimonial). A segunda categoria, intitulada “feminicídio”, foi relacionada às notícias sobre atos de violência nos quais a vítima foi a óbito.

Em algumas das manchetes em que a vítima apareceu em primeiro plano, foram relatados episódios de violência (física e moral). Já nos demais casos, nos quais outros atores sociais e elementos da notícia estiveram em primeiro plano, o texto noticiou casos de feminicídio.

Os resultados apontam que o agressor aparece em primeiro plano, primordialmente, nas notícias que envolvem casos de feminicídio. É possível que isto ocorra devido ao grau de gravidade da prática criminosa e, em alguns casos, pela necessidade jurídica de resguardar a identidade das vítimas. Nas outras manchetes, em que outras formas de violência contra a mulher são noticiadas, há ainda a presença da vítima em primeiro plano na manchete, embora essa não seja a principal tendência. Ocorre a prevalência do agressor em primeiro plano na maioria das manchetes, como ilustrado na figura 9, embora isso não signifique no *corpus* analisado que o sentido atribuído ao agressor nas manchetes seja necessariamente o de agente.

Figura 9 - Exemplificação de agressor em primeiro plano nas notícias de feminicídio.



Fonte: (a) <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,homem-mata-mulher-a-facadas-e-envia-fotos-para-filha-da-vitima,70002251938>; (b) <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/homem-e-preso-por-feminicidio-em-duque-de-caxias-rj.ghtml>

Nas manchetes de estrutura *agente de justiça-agressor*, são identificados elementos que fazem menção à polícia, à justiça e outros que buscam retomar algo que foi dito por outros (por meio de uso de prefaciadores como “de acordo com”, “de acordo”, “segundo”). Nas manchetes com a estrutura *agressor*, foi identificada a presença de bigramas que se referem ao próprio agressor (“acusado de”, “o suspeito”,

entre outros. Já nas manchetes *agressor-vítima*, verificou-se que os bigramas mais frequentes tratam de formas de retomar o que foi dito por outros. O mesmo ocorre nas manchetes de tipo *vítima e vítima-agressor*. Aqui, verifica-se a necessidade de embasamento do que está sendo dito na visão de terceiros, entre os quais se destacam as figuras de justiça.

Os padrões identificados na análise de manchetes de portais de notícias brasileiros são similares aos que Barbosa, Gonçalves e Magalhães (2020) encontraram em notícias do repositório digital Arquivo.pt em um escopo temporal muito mais amplo (1996-2019). As notícias são estruturadas em três padrões: paciente/mulher, agente/homem e ação/crime. Do mesmo modo, um repertório lexical específico é mobilizado para este tipo de notícias. A identificação dos padrões e sua similitude com o padrão identificado nas manchetes de notícias de portais brasileiros reforça a importância da escolha lexical e de construção gramatical para permitir a culpabilização da vítima e a desculpabilização do agressor.

5 Considerações finais

A violência contra a mulher é um problema ainda presente nos dias atuais. Sob a ótica da Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1984) e a Teoria da Representação dos Atores Sociais (Van Leeuwen, 1997, 2008), as representações sociais que são construídas e difundidas sobre a violência contra a mulher e sobre os atores sociais envolvidos nessa problemática (vítima e agressor) exercem um papel significativo para a manutenção desse fenômeno em nossa sociedade.

Neste estudo, evidenciamos relação entre os termos utilizados para os atores sociais e do tipo de voz empregada nas representações sociais que os textos contribuem para difundir. Quanto à manifestação de representações sociais, verificamos que as manchetes das notícias dão destaque maior ao agressor, porém, estes são apresentados de forma passiva, no lugar de quem sofre uma ação (da polícia, por exemplo), e não

no local de agente de uma prática violenta. Essa forma de representação do autor de um crime, como vimos, contribui para a difusão de uma visão pouco ativa deste, contribuindo para que a interpretação do leitor sobre ele seja atenuada, por meio da mobilização de recursos linguísticos específicos. Destacamos que esta não é uma característica brasileira: o estudo de Barbosa, Gonçalves e Magalhães (2020) identificou padrões similares em notícias de portais portugueses.

O uso dos termos para fazer referência às vítimas e aos agressores também merece destaque: enquanto para as vítimas são utilizados termos que de fato se relacionam com a posição em que elas se encontram na situação noticiada, para os agressores, o mesmo não ocorre, pois com o uso de termos como “o suspeito”, as possíveis interpretações negativas acerca do agressor podem ser atenuadas, e a sua culpa pode também ser relativizada pelo leitor.

A escolha por determinados termos para fazer referência tanto à vítima quanto ao agressor exemplifica o que Moscovici (1984) propõe ao descrever os processos de construção das representações sociais: ancoragem e objetivação. No caso da objetivação, que para o autor consiste no processo de atribuir sentido a uma figura até então não classificada, para que o não familiar se torne familiar, verificamos a tendência de fazer, para o papel do agressor, atribuições de sentidos que não o apontam, de forma categórica, enquanto praticante de um crime, mas de forma mais branda e às vezes até esquecida. Nesse sentido, o leitor está tornando familiar a figura de um agressor que não é visto por todos como agressor, alguém cujas práticas podem também ser relativizadas. Do ponto de vista linguístico, este é o resultado do emprego da voz passiva e não da voz ativa.

Com este estudo, esperamos ter contribuído para um conjunto de investigações que consideram os efeitos sociocognitivos das representações sociais por meio da expressão linguística, como os efeitos de frequência e saliência na definição de papéis de gênero na nossa sociedade (Pinheiro; Freitag, 2020). Além disso, esse tipo de análise

dialoga com o movimento feminista de quarta onda, uma fase do movimento que atua diretamente na internet, conhecida até mesmo como ciberfeminismo (Felgueiras, 2017; Cardoso, 2020). O processo de objetivação atua também na internet e sobre as pessoas que estão se fortalecendo em prol do feminismo, o que nos diz que até mesmo os grupos mais organizados a respeito de algo podem sofrer influências externas.

Referências

BARBOSA, S.; GONÇALVES, M.; MAGALHÃES, M. Padrões linguísticos do femicídio na imprensa escrita portuguesa. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 7, p. 21-36, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a2>

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm esso em 09.jun.2023

BRASIL. **Pesquisa Nacional Sobre Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher**. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-domestica-e-familiar-contr-a-mulher-2021/> Acesso em 09.jun.2023

CARDOSO, P. R. S. Violência contra mulher: por que ainda lutamos? **Coisas do Gênero**: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, vol. 6, n. 2, p. 50–66, 2020. Disponível em <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/4193> Acesso em: 09 jun. 2023.

DUVEEN, G. O poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, S. (org.) **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2010, p.7-28.

FELGUEIRAS, A. C. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo. **Revista Digital Simonsen**, n. 6, p. 108-121, 2017. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2017/05/montagem-da-revista-Reparado111.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2023.

HALLIDAY, M. A. K. The spoken language corpus: a foundation for grammatical theory. *In*: AIJMER, K.; ALTENBERG, B. (ed.) **Advances in Corpus Linguistics**: Papers

from the 23rd International Conference on English Language Research on Computerized Corpora (ICAME 23) Göteborg 22-26 May 2002. BRILL, 2004, p. 9-38. DOI https://doi.org/10.1163/9789004333710_003

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: IPEA/FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 09 jun. 2023.

JODELET, D. **Representations sociales**: un domaine en expansion. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. *In*: FARR, R. M. (ed.) **Social representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.3-69.

PINHEIRO, B. F. M.; FREITAG, R. M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. **Revista Linguística**, v. 16, n. 1, p. 85–107, 2020. DOI <https://doi.org/10.31513/linguistica.2020.v16n1a31637>

SARAIVA, E. R. A.; COUTINHO, M. P. L. Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. **Psicologia em estudo**, v. 17, p. 205-214, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/zvtKrK5GnnsdYsW9FJrSrJb/?lang=pt>. Acesso em: 09 jun. 2023. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-73722012000200004>

TELES, M.; MELO, M. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. *In*: PEDRO, R. (org.) **Análise Crítica do Discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice**. New tools for Critical Discourse Analysis. New York: Oxford University Press, 2008. DOI <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780195323306.001.0001>